



ATO Nº 009/2018

DIVULGAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E GABARITO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Senhor **Serginho Rodrigues de Oliveira**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão municipal e o Instituto O Barriga Verde, torna público o julgamento dos recursos contra as questões da prova escrita objetiva conforme decisões abaixo:

1. CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

1.1 Conhecimentos Básicos

1.1.1 Matemática

QUESTÃO 07

Candidatos: 872992

Alegações: Em síntese o candidato alega que o conteúdo não consta do edital e que a dificuldade da questão é elevada para a escolaridade do cargo.

Decisão da Banca: Não assiste razão ao candidato, a questão foi elaborada conforme conteúdo previsto no edital, operações com números naturais: multiplicação e divisão, a questão é válida. Nessa questão há somente divisão e multiplicação assunto compatível com a escolaridade do cargo.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 08

Candidatos: 872992 / 875696

Alegações: Em síntese o candidato alega que o conteúdo não consta do edital e que a dificuldade da questão é elevada para a escolaridade do cargo.

Decisão da Banca: Não assiste razão ao candidato, a questão foi elaborada conforme edital que prevê o assunto cálculo de área. Conforme A área de um cubo, se não pedia qualquer outro tipo de área, exemplo área lateral ou AL, sabe-se que a Área pedida é a Área total AT e o cálculo de área estava prevista no edital.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 09

Candidatos: 859019

Alegações: Em síntese alega que a questão não deve ser anulada pois subentende que a ultima alternativa é letra D.

Decisão da Banca: A questão foi anulada de ofício por conter erro na sequencia das alternativas, e para não prejudicar nenhum candidato, mantem-se a anulação.

INDEFERIDO – MANTENHA-SE A QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 10

Candidatos: 872992

Alegações: Em síntese o candidato alega que o conteúdo não consta do edital e que a dificuldade da questão é elevada para a escolaridade do cargo.

Decisão da Banca: Não assiste razão ao candidato, a questão foi elaborada conforme conteúdo previsto no edital, porcentagem, a questão é válida, não está acima do conhecimento exigido.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



2. CARGOS DE ENSINO MÉDIO

2.1 Conhecimentos Básicos

2.1.1 Informática

QUESTÃO 10

Candidatos: 877285

Alegações: o candidato alega em síntese que no caderno de provas estava pontilhado em cima da palavra e não com um traço como seria a função Tachado.

Decisão da Banca: Não identificamos provas pontilhadas a observação visual é de traço contínuo, e mesmo que fosse pontilhado assim mesmo a única alternativa em que o texto estava tachado era a alternativa apontada como correta, e qualquer inconsistência de impressão não afetaria o conhecimento e a escolha do candidato em assinalar a correta, visto que nenhuma das demais alternativas se quer se assemelhavam à resposta correta, além de que Segundo o dicionário Michaelis “Tachar” significa 1. Fazer crítica sobre; censurar, desaprovar. 2 Qualificar algo de modo desfavorável;

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

2.2 Conhecimentos Específicos

Agente Comunitário de Saúde

QUESTÃO 31

Candidatos: 872849

Alegações: candidato alega em síntese que existe duas respostas corretas.

Decisão da Banca:

Banca avalia questão e recurso, aceitando-o. Uma vez que há duas alternativas que contenham doenças transmitidas por alimentos e água que causam toxinfecção. A e D.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

Fiscal de Tributos

QUESTÃO 23

Candidatos: 882658

Alegações: candidato alega em síntese que a alternativa que é apontada como correta pelo gabarito, todavia, está em dissonância com a Constituição Federal.

Decisão da Banca:

Recurso Negado. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil afasta a exigibilidade dos noventa dias para a fixação da base de cálculo do IPTU, art. 150, razão pela qual a única alternativa correta é a letra A, pois o início da vigência pode ocorrer após trinta dias, como por exemplo, se a publicação ocorrer no mês de dezembro, já poderá ter vigência a partir de janeiro do ano seguinte.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 24

Candidatos: 880363 / 863791 / 883192

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) Código Tributário Municipal de Bom Jardim da Serra traz as hipóteses de não incidência do ITBI; 2) A referida questão não fica clara em relação ao texto Constitucional a cerca do ITBI.

Decisão da Banca:

Recurso Negado.

A questão trata dos dispositivos Constitucionais sobre o ITBI (art. 156), onde o legislador menciona quais atividades preponderantes da empresa em que o ITBI será afastado. Conforme o parágrafo segundo do referido artigo, não incide ITBI quando a atividade preponderante sejam as alternativas A, B e C da questão, no caso em que qualquer outra atividade incide ITBI.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a **compra e venda** desses bens ou direitos, **locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil**;

Visto que não incide quando a atividade da empresa seja as alternativas A, B e C, fica claro que incide quando a empresa que adquire o imóvel tem como atividade preponderante qualquer outra atividade, inclusive avaliação de imóveis.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 33

Candidatos: 880363

Alegações: candidato alega em síntese que a questão induz ao erro.

Decisão da Banca:

Recurso Negado. O Enunciado da questão apresenta o conceito de Contribuinte extraído do Código Tributário Nacional, razão pela qual não pode ser alegada indução ao erro dos Candidatos:

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 40

Candidatos: 880363 / 883192

Alegações: candidatos alegam em síntese que não há resposta correta dentre as alternativas apresentadas.

Decisão da Banca:

Conforme se desprende do Código Tributário Municipal a alíquota para terrenos NÃO EDIFICADOS é 4% e não 1,5% como considerado pela Banca. A Alíquota de 1,5% é para terrenos EDIFICADOS.

Referência Bibliográfica:

<https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-bom-jardim-da-serra-sc>

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

Inspetor Sanitário Municipal

QUESTÃO 16

Candidatos: 876998 / 877285 / 881896

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) A resposta correta é dúbia e informação apresentada pela alternativa não é incorreta conforme enunciado; 2) Não existe vacina para leptospirose para seres humanos segundo o ministério da saúde portanto existe duas alternativas incorretas letra A e D.

Decisão da Banca:

Apesar de existir vacinas para alguns sorotipos, essas não estão disponíveis no Brasil. Portanto, a afirmação que consta na alternativa D) está incorreta.

Por outro lado, a alternativa A) possui afirmação correta, pois a leptospirose pode ser adquirida pelo consumo de hortaliças contaminadas.

A fim de evitar dupla interpretação, esta banca entende que a melhor solução é a anulação da questão.

Referências

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104999/Leptospirose%20e%20trabalho.pdf?sequence=1>

<http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v28n3/12.pdf>

Bruno Soerensen; Kathia Brienza Badini Marulli. Manual de saúde pública. 1999.

<https://books.google.com.br/books?id=obi2G2kaqhYC&pg=PA131&lpg=PA131&dq=LEPTOSPIROSE+HORTALI%C3%87AS+CONTAMINADAS&source=bl&ots=Ft9XBPGwMb&sig=NaPI3xgBkA6-yrMgMFNvl4NDeas&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi7->



50pxOTZAhVL_4MKHSC8BwcQ6AEIhwEwBw#v=onepage&q=LEPTOSPIROSE%20HORTALI%C3%87AS%20CONTAMINADAS&f=false

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 19

Candidatos: 881896

Alegações: candidato alega em síntese que há duas alternativas incorretas.

Decisão da Banca:

Independentemente de serem hospedeiros intermediários ou definitivos, moluscos gastrópodes e humanos são ambos hospedeiros da doença. Portanto, a alternativa B) não apresenta afirmação incorreta.

Por outro lado, a alternativa D), afirma erroneamente que a higiene pessoal não é medida preventiva para esta doença.

Portanto, a questão deve ser mantida.

As referências em anexo trazem informações com maiores detalhes.

Referências

http://www.mma.gov.br/estruturas/174/arquivos/174_05122008104832.pdf

<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/esquistossomose.html>

<https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/esquistossomose/>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1998000100018&script=sci_abstract&tlng=pt

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

Técnico Administrativo

QUESTÃO 2-5-6-7-8-11-12-15-16-18-19-20-21-22-23-24-25-28-31-32-34-35-36-37-38-39

Candidatos: 874913

Alegações: sem fundamentação, candidato apenas cita quais alternativas marcou como certa em seu cartão-resposta.

Decisão da Banca: os recursos do referido candidato não conhecidos, haja vista que não há fundamentação, não são pertinentes aos conteúdos das questões e estão meramente afirmando quais alternativas o candidato colocou como correta em seu cartão-resposta. Cabe ressaltar que recursos sobre cartão-resposta são interpostos apenas depois da classificação preliminar. Destarte, indefere-se recursos e mantem-se as questões.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

3. CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

3.1 Conhecimentos Básicos

3.1.1 Língua Portuguesa

QUESTÃO 01

Candidatos: 880613 / 882267

Alegações: candidatos alegam em síntese que a resposta correta é a letra D).

Decisão da Banca:

A resposta D, ao contrário do que sugerem os alegantes, não está correta, pelo menos não em sua integralidade, pois como está explícita na crônica de Fernando Sabino, “Dez minutos de vida”, não é apresentada no seu sentido amplo uma visão pessimista da realidade. Existe até a constatação de certa precariedade, todavia, ela anda de par com certa jovialidade presente no discurso do autor: “...alegremo-nos. A vida não é bonita nem feia.” Assim, parece ser a mensagem de Sabino, damos a vida o sentido que quisermos (positivo ou negativo). E, portanto, o recém-nascido já se encontra atrelado, com seus apenas dez minutos de vida, à realidade.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



QUESTÃO 03

Candidatos: 881276 / 880613 / 880371 / 852613 / 882267 / 871115

Alegações: candidatos alegam em síntese que a alternativa D) está errada.

Decisão da Banca:

Banca reconhece que realmente “impurezas” não é uma palavra formada por derivação parassintética, pois existem outras formações em relação a ela (“impuro” ou “pureza”). Isto realmente impede que se dê vazão a este tipo de formação.

DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA.

3.1.2 Gerais e Atualidades

QUESTÃO 06

Candidatos: 877783 / 855696 / 879062

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) o assunto tratado na questão é posterior ao edital 2) a questão não teve influencia diretamente com a economia brasileira e foge totalmente da nossa realidade.

Decisão da Banca:

Não prospera a simples argumentação de anulação da questão pelo fato de ter sido veiculada depois de iniciada as inscrições, sem qualquer fundamento. Sobre a declaração de Mário Draghi, no Parlamento Europeu, tal registro afeta as finanças e a economia do mundo todo, onde o Brasil também se enquadra, sendo impossível excluir qualquer nação neste quesito. “A zona do euro cresceu 2,5% no ano passado, “o que reflete o impulso doméstico forte no consumo privado e no investimento”, disse. As medidas do BCE levaram a economia da zona do euro a “uma trajetória de crescimento sólido”, impulsionado pela dinâmica interna e por isso mais resistente a uma eventual desaceleração na demanda global, notou ele”. E ainda, o conteúdo programático versa sobre a possibilidade de tratar sobre assuntos de caráter mundial: “Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, **Economia**, e organização política **do mundo**, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.” (grifo nosso)

<https://www.istoedinheiro.com.br/economia-da-zona-do-euro-cresce-mais-forte-que-o-previsto-diz-draghi/>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 07

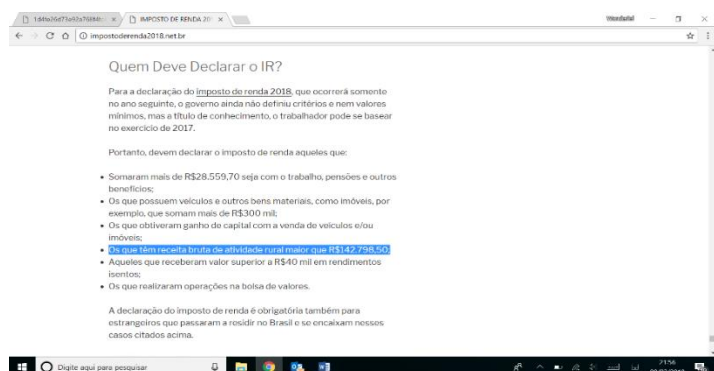
Candidatos: 865249

Alegações: candidato alega que a questão não apresenta nenhuma alternativa correta.

Decisão da Banca:

No link oferecido pelo candidato como justificativa para anulação da questão, traz exatamente o contrário, (figura com grifo) confirmando a divulgação preliminar promovida pela banca. Da mesma forma o teor da revista Exame, uma das mais conceituadas do setor, define:

“Quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2017 é obrigado a declarar o Imposto de Renda 2018. No caso de atividade rural, quem teve receita bruta acima R\$ 142.798,50 é obrigado a declarar”. Segue o link .
<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/veja-o-cronograma-de-restituicoes-do-imposto-de-renda-2018/>



INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



3.1.3 Legislação

QUESTÃO 11

Candidatos: 876692

Alegações: candidato alega que há erro grave de concordância nominal de gênero na alternativa.

Decisão da Banca: O suposto erro “grave” como menciona o candidato não tem o condão de alterar a compreensão dos candidatos acerca do que se pede a questão. Todas as demais alternativas estão incorretas. Ademais o erro restringe-se tão somente à concordância, o conteúdo jurídico em si está completamente correto. Desta forma, conheço do recurso do candidato e no mérito nego-lhe provimento.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 12

Candidatos: 855553 / 880613 / 859887 / 882267

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) há duas alternativas corretas; 2) não há alternativa que contempla a resolução da questão.

Decisão da Banca: Razão não assistem aos candidatos. A única alternativa correta é aquela apresentada pelo gabarito preliminar, não há qualquer contradição ou obscuridade que dificulte a compreensão dos candidatos. Quanto as alegações mencionando a súmula 11, como bem pontuou um candidato, poderão ser cobradas as alterações legislativas. A referida súmula não é legislação, é entendimento jurisprudencial de reiteradas decisões do Tribunal. Ademais a súmula fala em **vitaliciedade** do cargo, por óbvio que não se aplica a todos os cargos, e somente aquele que contém esta característica, como os Magistrados e membros do Ministério Público. E ainda que tivesse algum efeito aos demais cargos, a referida súmula não trouxe qualquer alteração na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal. Desta forma conheço dos recursos interpostos pelos candidatos, e no mérito nego-lhes provimento.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 13

Candidatos: 880613 / 882267

Alegações: candidatos alegam em síntese que há mais de uma alternativa correta

Decisão da Banca: As alegações comuns dos candidatos não têm o condão de anular a questão, haja vista que a questão possui em seu escopo todos os elementos necessários para sua compreensão. Desta forma nego provimento aos recursos interpostos.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 14

Candidatos: 855553 / 880613 / 883434 / 876692 / 859887 / 882267

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) não há alternativa correta; 2) letra B) também está correta; 3) a alternativa C) é a correta.

Decisão da Banca:

Banca anula a questão com base na omissão sobre qual assunto está se questionando, haja vista que tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal fazem parte do conteúdo programático e serviriam para responder esta questão. Assim sendo, anula-se a questão.

DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA.

QUESTÃO 15 – CARGOS DE PROFESSOR

Candidatos: 880165

Alegações: Em síntese o candidato alega que em questão de interpretação, existem incoerências em relação a resposta da questão, por isso minha solicitação, visto que é de suma importância a resposta ser clara e fazer parte de um documento oficial, solicitando anulação.

Decisão da Banca: -a alternativa certa é “A”.

- o enunciado da presente questão apresenta a meta 4 da Lei nº 13.005/2014 e, por conseguinte, como resposta certa aponta a estratégia correspondente ao número 4.17 (alternativa A), a saber:

“promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino”

- a estratégia apresentada pelo candidato é a de número 4.12 da meta 4 da Lei nº 13.005/2014. Configura como uma das estratégias para atingir a meta 4, no entanto, a mesma não está disponível nas alternativas A,B,C,D.

- a alternativa “B” diz respeito à estratégia 5.1 da meta 5 da Lei nº 13.005/2014.

a alternativa “C” diz respeito à estratégia 5.2 da meta 5 da Lei nº 13.005/2014.

a alternativa “D” diz respeito à estratégia 5.3 da meta 5 da Lei nº 13.005/2014.

Referencia:

Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

3.2 Conhecimentos Específicos

Analista de Controle Interno

QUESTÃO 17

Candidatos: 855553

Alegações: candidato alega em síntese que há duas alternativas corretas.

Decisão da Banca:

Recurso Negado. O Código Tributário Nacional menciona, em seu art. 203 que a omissão ou erro na certidão serão causas para nulidade da inscrição e do processo, mas faz uma ressalva, conforme transcrevo (...), mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Fica evidente que a nulidade pode ser sanada, permitindo o seguimento do processo de cobrança.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 23

Candidatos: 855553

Alegações: candidato alega em síntese que não há alternativa correta.

Decisão da Banca: Recurso Negado. Aqui percebe-se um equívoco do Candidato (a). A questão tratava exclusivamente das despesas de Pessoal do Poder Executivo. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual da RCL que pode ser destinado para despesas de pessoal do Poder Executivo é 54%.

$R\$ 30.000.000,00 \times 54\% = 16.200.000,00$

Gasto atual: R\$ 14.800.000,00

Temos um saldo de R\$ 16.200.000,00 – R\$ 14.800.000,00 = R\$ 1.400.000,00

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 26

Candidatos: 855553

Alegações: candidato alega que todas as alternativas estão corretas.

Decisão da Banca: Recurso Negado. O art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal é taxativo ao determinar que o Anexo de Metas Fiscais é parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Desta forma não cabe a analogia mencionada no Recurso.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 32

Candidatos: 855553

Alegações: candidato alega em síntese que a alternativa C) também está incorreta.

Decisão da Banca: Recurso Negado. O Enunciado da questão menciona, claramente, que se tratava do controle da administração pública, mais especificamente do controle interno, razão pela qual o fato de não constar a expressão "execução orçamentária" não prejudica o entendimento, bastava que o candidato soubesse que o controle é realizado de forma prévia, concomitante e subsequente, conforme Lei Federal nº 4.320/1964.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 37

Candidatos: 855553

Alegações: candidato alega em síntese que conforme se verifica no gabarito da referida questão, a referida resposta está incompleta, levando o candidato a erro.

Decisão da Banca:

Recurso Negado. A alternativa apresentava perfeitas condições para o entendimento de que o uso dos bens públicos poderá ser gratuito ou retribuído, assim como determina o Código Civil Brasileiro, em seu art. 103.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

Analista em Recursos Humanos

QUESTÃO 20

Candidatos: 881276

Alegações: candidato alega em síntese que o item II, além de não ter no estatuto e sim na lei orgânica está com frases excedidas do que há na lei em sua íntegra, o que poderia ser uma "pegadinha".

Decisão da Banca: Recurso Negado. O art. 29 do Estatuto do Servidor Público de Bom Jardim da Serra apresenta, TEXTUALMENTE, a avaliação periódica como hipótese para perda de cargo público.

SEÇÃO VI

Da Estabilidade

Art. 29 O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar três (3) anos de efetivo exercício.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

<https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-bom-jardim-da-serra-sc>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 22

Candidatos: 863628

Alegações: candidato alega em síntese que a questão de número 22 deve ser revista e anulada por estar em desacordo com os preceitos Constitucionais bem como não haver previsão na legislação municipal.

Decisão da Banca:

Recurso Negado. Como menciona o Candidato (a), para que ocorra o afastamento deve ter previsão legal para tal, ocorre que o Estatuto dos Servidores de Bom Jardim da Serra enumera as hipóteses em que pode ocorrer o afastamento e não está presente a participação em diretoria de associação de classe:

Art. 22 O afastamento do exercício do cargo será permitido para:

I - exercer cargo de provimento em comissão na Administração Federal, Estadual ou Municipal ou suas Autarquias, Fundações Públicas ou empresas estatais;

II - candidatar-se a mandato eletivo, na forma da lei;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da lei;

IV - atender convocação do serviço militar;

V - exercer atividades específicas de magistério, devidamente regulamentadas;



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

VI - realizar estágios especiais, cursos de capacitação, aperfeiçoamento, pós-graduação e missões de estudos que tiverem afinidade com a natureza do cargo que ocupe, quando expressamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo, Legislativo ou dirigente superior de Autarquia ou Fundação Pública a que estiver subordinado;

VII - atender imperativo de convênio firmado;

VIII - permanecer à disposição de outra entidade estatal, fundação, autárquica ou paraestatal, desde que autorizado pelo Chefe do Poder Executivo, Legislativo ou dirigente superior da entidade a que estiver subordinado;

IX - participar de competições esportivas oficiais.

<https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-bom-jardim-da-serra-sc>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 32

Candidatos: 863628

Alegações: candidato alega em síntese que a questão 32 que segundo o gabarito preliminar diz ser a letra B correta, encontra-se com divergências e deve ser anulada.

Decisão da Banca: Recurso Negado. A Lei Orgânica Municipal determina que compete PRIVATIVAMENTE ao Prefeito Municipal iniciativa de projetos de Lei que tratem do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais art. 49, devendo ser tratada como Lei Complementar (quórum qualificado – maioria absoluta – art. 48).

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

Enfermeiro Padrão

QUESTÃO 37

Candidatos: 852178

Alegações: candidato alega em síntese que a questão versa equivocadamente que "No Brasil o Câncer de Colo de Útero é a SEGUNDA neoplasia maligna mais comum entre as Mulheres (exceto câncer de pele não melanoma) sendo superado APENAS pelo Câncer de mama".

Decisão da Banca:

Banca avalia recurso e questão, mantendo-o, uma vez que o enunciado não afeta o conhecimento e a escolha do candidato em responder a alternativa correta, pois a prerrogativa é clara, e a classificação epidemiológica do CA de colo de útero, não altera a resposta da questão.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 38

Candidatos: 852178

Alegações: candidato alega em síntese que sexo feminino é um fator de risco para osteoporose.

Decisão da Banca: Banca avalia recurso e questão mantendo-a, pois a alternativa B contém fatores de risco para osteoporose, mas também contém situações que não são fatores de risco: como menopausa TARDIA, menarca PRECOCE, e multiparidade. É fator de risco: menopausa precoce (antes dos 40 anos) não tratada, e Menarca tardia, e nuliparidade. Afirmando assim que a alternativa B não pode ser uma assertiva, pois não contém apenas fatores de risco para osteoporose, e sim outros fatores não associados a doença.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, M.S. Caderno de ABnº 19 - envelhecimento e saúde da pessoa idosa. 2010.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



Engenheiro Agrônomo

QUESTÃO 18

Candidatos: 882536 / 879285

Alegações: candidatos alegam em síntese que há erro ortográfico na resposta correta.

Decisão da Banca: Os candidatos possuem razão em afirmar que a alternativa “B) Profoxodin” está com a grafia incorreta. Uma vez que, a grafia correta é “profoxidin” e sendo a única alternativa que apresenta um herbicida seletivo, a banca decide por anular a questão.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

Engenheiro Civil

QUESTÃO 16

Candidatos: 880371

Alegações: candidato alega em síntese que A questão está confusa, a palavra “Estruturais” está relacionada a materiais na leitura, e não a “cerâmicas estruturais”, apenas a palavra “estruturais remete a todos os tipos de materiais estruturais como madeira, aço e alumínio.

Decisão da Banca:

Enunciado é claro: Material cerâmico compreende todos os materiais inorgânicos, não metálicos. Na questão estamos nos referindo a apenas materiais cerâmicos, quando nos referimos estruturais estamos nos referindo de material cerâmico.

Os principais materiais cerâmicos são:

Materiais Cerâmicos Tradicionais: cerâmicas estruturais, louças, refratários (provenientes de matérias primas argilosas). – Vidros e Vitro-Cerâmicas. – Abrasivos. – Cimentos. – Cerâmicas

“Avançadas”: aplicações eletro-eletrônicas, térmicas, mecânicas, ópticas, químicas, bio-médicas.

PMT 2100 - Introdução à Ciência dos Materiais para Engenharia - 2005

Classificação : Convencionais - Estruturais, Vidros, Louças Cimentos;

Avançadas – Eletrônicos, Ópticos Biomateriais

(www.portalsaberlivre.com.br/manager/uploads/educacional/1361305263)

Portando Resposta letra (D) I, II, V

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 20

Candidatos: 880613

Alegações: candidato alega em síntese que a alternativa A) é a correta.

Decisão da Banca:

Patologia das Tintas é qualquer anormalidade que venha a ocorrer abaixo ou acima da tinta e que provoque o desgaste acelerado da pintura. **Normalmente acontece a partir de um processo errado de aplicação e a escolha de um sistema de pintura inadequado para a superfície.** Dentre elas podemos elencar algumas como Eflorescência, Descascamento, Saponificação e Desagregamento. **Assinale a alternativa correta correspondente a Desagregamento:**

Desagregamento: Destruição da pintura, que se esfarela e se destaca da superfície juntamente com partes do reboco. Este problema ocorre quando a tinta é aplicada antes da cura do reboco, os fatores que estão diretamente relacionados às patologias das tintas vão desde a escolha do produto e a preparação da superfície até as condições climáticas.

O Desagregamento é um tipo de descascamento, só que junto com a película de tinta sai também parte da massa e do reboco e fica esfarelado por baixo.

Portando Resposta letra (C)

Fonte:

<https://www.anjo.com.br/guia-tecnico/imobiliaria-1/problemas.../desagregamento->

Adriana de Andrade Freire – Arquiteta, é pós-graduada em Materiais de Construção Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 22

Candidatos: 880613

Alegações: candidato alega em síntese que não há resposta para a resolução da questão.

Decisão da Banca: A NBR 9935/ 87, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): ESCOPO DA NORMA: ESTA NORMA DEFINE OS TERMOS RELATIVOS A AGREGADOS EMPREGADOS EM CONCRETO E ARGAMASSAS DE CIMENTO PORTLAND. Por isso no enunciado da questão cita a norma como referencia a definição de agregados. Tornando-se corretas as afirmativas IV, pois segundo a NBR NM 52/2003 É a relação entre a massa do agregado seco e seu volume, excluindo os poros permeáveis. E a alternativa V, pois Impurezas orgânicas são materiais indesejáveis que estão presentes nas areias e que devida sua origem orgânica exercem ação prejudicial sobre a pega e o endurecimento das argamassas e concretos.

O texto da alternativa I está correto, pois segundo a NBR 7217/1987: Materiais que passam na peneira de 0, 075 mm, ou seja, menor que 0, 075 mm são materiais pulverulentos (Partículas minerais com dimensão inferior a 0, 075 mm, incluindo os materiais solúveis em água presentes nos agregados), portanto não são agregados, sendo a afirmativa correta.

O texto da alternativa II está correto, pois segundo a NBR 7217/1987: Faixa granulométrica Rachão Primária Base de pavimentações e gabiões Diâmetro: 100 a 150 mm, acima destas dimensões, portanto não são agregados, sendo a afirmativa correta.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 23

Candidatos: 880613

Alegações: candidato alega em síntese que a alternativa D) é a correta.

Decisão da Banca: Enunciado é claro Estrutura é o conjunto de elementos que sustentam e dão estabilidade a uma construção. Podemos classificar as estruturas de acordo com o número de vínculos aplicados (apoios), as estruturas são classificadas em isostáticas, hiperestáticas e hipostáticas. Entende-se por estrutura isostática a seguinte condição, assinale a alternativa correta:

(B) São estruturas que apresentam as mínimas condições de manutenção do equilíbrio estático diante da atuação de qualquer carregamento. A estrutura isostática não apresenta reserva de segurança.

“Em mecânica estrutural, diz-se que uma estrutura é isostática quando o número de restrições (reações) é rigorosamente igual ao número de equações da estática.

É, portanto, uma estrutura estável.^[1] Diferem das estruturas hipostáticas (cujo número de reações é inferior ao número de equações) e das estruturas hiperestáticas (número de reações superior).”, São exemplos de estruturas isostáticas uma viga bi apoiada (com um dos apoios podendo se movimentar horizontalmente) e uma viga engastada em balanço.” Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Equações de equilíbrio:

• *Para que uma estrutura esteja em equilíbrio estático, deverão ser obedecidas as leis da Estática (Equações de Equilíbrio):*

. Estruturas Isostáticas-Não permitem movimento na horizontal nem na vertical, ou seja o número de incógnitas à determinar é igual ao número de equações de equilíbrio, se for tirado um dos apoios ou vínculos, a estrutura se torna hipostática (movimenta-se).

www.agro.ufg.br/up/68/o/2_aula_resistencia_materiais.pdf

Portando Resposta letra (B)

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 25

Candidatos: 876692

Alegações: candidato alega em síntese que a questão necessita de definições mais precisas dos defeitos e, portanto, pede a anulação da questão.

Decisão da Banca: Existem diferenças entre “vícios” e “defeitos” e os, os prazos para reclamar das falhas construtivas, no CDC, estão concentrados nos seus artigos 26 (referente a “vícios”) e 27 (referente a “defeitos”), nos seguintes termos:

CDC - Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

§ 2º Obstat a decadência:

I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II - (Vetado).

III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

CDC - Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Desta forma é preciso saber diferenciar “vício” e “defeito” e a questão refere-se exatamente em conceitos de Defeitos. Vejamos:

Vícios: "Anomalias que afetam o desempenho de produtos ou serviços, ou os tornam inadequados aos fins a que se destinam, causando transtornos ou prejuízos materiais ao consumidor. (item 3.75 da ABNT NBR 13752/dez96).

Defeitos: "Anomalias que podem causar danos efetivos ou representar ameaça potencial de dano à saúde ou segurança do consumidor, (item 3.28 da NBR 13752/dez96).

Portando Resposta letra (D)

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 29

Candidatos: 883434

Alegações: candidato alega em síntese que a assertiva V dá a entender que os critérios de aceitabilidade de preços constados no edital deverão constar no contrato de prestação de serviços, caracterizando como alternativa equivocada.

Decisão da Banca: Os critérios de aceitabilidade de preços deverão constar DO edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia “”. Dando a entender que os critérios de aceitabilidade de preços constados no edital deverão constar no contrato de prestação de serviços, caracterizando como alternativa equivocada. Pondo em vista que erros de português (troca de palavras) podem mudar completamente o contexto da frase e que “DO” e “NO” claramente não são sinônimos.

Fato: DECRETO FEDERAL Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013, esta exatamente descrito desta forma: CAPÍTULO II - Art. 11. Os critérios de aceitabilidade de preços deverão constar **do** edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia. Inviabiliza a contestação, pois não trata-se de uma “pegadinha” e a afirmativa esta descrita exatamente como descrita no decreto.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 30

Candidatos: 880613 / 869410

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) disso a alternativa C também não é uma exceção, pois trata-se de uma carga accidental. Desta forma o candidato é induzido ao erro, pois não existe alternativa errada; 2) “Cargas de materiais de revestimento de laje” é diferente de “carga de revestimento de laje” e a palavra “material”, em se tratando de Construção Civil, é tudo aquilo que se é “utilizado para realizar uma obra”.

Decisão da Banca: A questão é clara e objetiva, não deixando nenhuma dupla interpretação: No projeto de estruturas de concreto, as ações variáveis diretas são constituídas pelas cargas accidentais previstas para o uso da construção e a NBR 6118/2014, no item 11.4.1 Cargas accidentais previstas para o uso da construção, e o questionamento se refere



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

que cargas de materiais de revestimento de lajes, poderá se enquadrar em cargas acidentais, porém se fossem consideradas acidentais seriam ações variáveis durante a construção, não sendo, portanto a alternativa (C) Cargas de materiais de revestimento de lajes, uma carga acidental para o USO DA CONSTRUÇÃO.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 31

Candidatos: 883668 / 871115 / 869410 / 876692

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) enunciado mal formulado 2) dá ideia de simultaneidade; 3) solicitam a anulação da questão.

Decisão da Banca: A questão trata-se de propriedades do concreto no estado fresco e endurecido, “tanto em um quanto no outro” é lógico que o concreto no estado fresco não possui resistência mecânica, pois isso ocorrerá somente no seu estado endurecido, e no estado endurecido também não será mais trabalhável, e sendo o concreto um material de construção proveniente da mistura, em proporção adequada, de: aglomerantes, agregados e água. E não é uma propriedade do concreto em nenhum dos estados a ductilidade. O concreto apresenta algumas restrições: Baixa resistência à tração, Fragilidade, Fissuração, Peso próprio elevado, Custo de formas para moldagem, Corrosão das armaduras. A ductilidade é a propriedade que representa o grau de deformação que um material suporta até o momento de sua fratura. Materiais que suportam pouca ou nenhuma deformação no processo de ensaio de tração são considerados materiais frágeis.

As propriedades do concreto no estado fresco: Trabalhabilidade e coesão dos materiais e no estado endurecido: Resistência mecânica e durabilidade; sendo estas as propriedades do concreto, tanto no estado fresco como no estado endurecido. A baixa resistência à tração pode ser contornada com o uso de adequada armadura, em geral constituída de barras de aço, obtendo-se o concreto armado. Além de resistência à tração, o aço garante ductilidade e aumenta a resistência à compressão, em relação ao concreto simples. A questão deixa claro que é concreto e não concreto armado.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 33

Candidatos: 883668

Alegações: candidato alega em síntese que se pode afirmar que é dever SIM do empregador responsabilizar-se pelo bom uso e conservação dos equipamentos de proteção individual, o que não condiz com a resposta marcada como correta.

Decisão da Banca: Estamos aqui referenciando no que diz a Norma Regulamentadora NR 6, e não qualquer julgamento de fatos ocorridos e se há ou não jurisprudência sobre o assunto.

Item 6.6 Responsabilidades do empregador.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

- a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- b) exigir seu uso;
- c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,
- g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.
- h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

Item 6.7 Responsabilidades do trabalhador

6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;**
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

Portanto a alternativa B, de acordo com a norma é obrigação do empregado e não de empregador.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



QUESTÃO 35

Candidatos: 876692

Alegações: candidato alega em síntese que a questão não se faz entender por conta do número excessivo de vírgulas.

Decisão da Banca: Termos e definições: NBR 6118/2014

Elementos de concreto armado: aqueles cujo comportamento estrutural depende da aderência entre concreto e armadura, e nos quais não se aplicam alongamentos iniciais das armaduras antes da materialização dessa aderência.

Elementos de concreto protendido: aqueles nos quais parte das armaduras é previamente alongada por equipamentos especiais de protensão, com a finalidade de, em condições de serviço, impedir ou limitar a fissuração e os deslocamentos da estrutura, bem como propiciar o melhor aproveitamento de aços de alta resistência no estado-limite último (ELU).

Armadura passiva: qualquer armadura que não seja usada para produzir forças de protensão, isto é, que não seja previamente alongada.

Armadura ativa (de protensão): armadura constituída por barras, fios isolados ou cordoalhas, destinada à produção de forças de protensão, isto é, na qual se aplica um pré-alongamento inicial.

A NBR 6118/2014, no item 8.2 Concreto, no subitem 8.2.1 Classes, cita: A classe C20, ou superior, se aplica ao concreto com armadura passiva e a classe C25, ou superior, ao concreto com armadura ativa, portanto sendo classe C25, ou superior, a classe mínima para concreto com armadura ativa é a classe C25.

Quando executamos serviços especializados de engenharia, devemos referenciar, e as melhores referências são as normas técnicas da ABNT. Principalmente neste caso quando se trata de concreto estrutural com armadura ativa e armadura passiva, não se deve ficar no achismo, pois o concreto estrutural com armadura ativa é concreto que além de armadura normal possui também armadura de protensão, e o fator de resistência mínima para este tipo de concreto é $F_{ck} = 250 \text{ Kg/cm}^2$ (C25).

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 36

Candidatos: 883434; 876692

Alegações: candidatos alegam em síntese que 1) a presença da vírgula antes de “sobre sanitários acessíveis” torna o restante da pergunta parte da norma citada. Não há separação de tal citação com a continuidade do texto. Para haver bom entendimento, está deveria ser substituída por ponto final. 2) o conteúdo versado na questão não consta no conteúdo programático.

Decisão da Banca: Todos os projetos arquitetônicos (exceto unifamiliar), devem-se seguir normas de acessibilidade, tendo inclusive um campo no preenchimento na A.R.T específico de acessibilidade, e considerando ainda que projetos arquitetônicos são atribuições também de engenheiro civil, é portanto um conhecimento específico da engenharia civil. Esta questão foi elaborada seguindo conteúdo fiel da Norma, sendo que para tornar incorretas a questão III e V, foram alterados do que diz a norma:

Questão III - Em edificações de uso coletivo a serem ampliadas ou reformadas, com até dois pavimentos e área construída de no máximo 150 m² por pavimento, as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento.

Questão V - Quanto ao número mínimo de instalações sanitárias em escolas, é incorreto afirmar que, independentemente do tamanho da edificação e número de alunos, um banheiro acessível por pavimento, pois não é desta maneira que se dimensiona número mínimo de instalações sanitárias em escolas, item 7 Sanitários, banheiros e vestiários; item 7.4.3 O número mínimo de sanitários acessíveis está definido na Tabela 9 e em 7.4.3.1 a 7.4.3.3.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 40

Candidatos: 876692

Alegações: candidato alega em síntese que SPT (segundo o que consta no próprio enunciado) é uma sondagem. É impossível calcular uma sondagem. Seria possível apenas calcular o NSPT, que representa a resistência à perfuração do solo.

Decisão da Banca: No item 3.1 da NBR 6484 Solo 3.1 SPT (standard penetration test): Abreviatura do nome do ensaio pelo qual se determina o índice de resistência à penetração (N). 3.2 N: Abreviatura do índice de resistência à penetração do SPT, cuja determinação se dá pelo número de golpes correspondente à cravação de 30 cm do amostrador-padrão, após a cravação inicial de 15 cm, utilizando-se corda de sisal para levantamento do martelo padronizado.



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

Crava-se o amostrador no solo através de golpes do soquete, e nos últimos 45 cm de cada metro cravado, faz-se 3 contagens: Número de golpes nos primeiros 15 cm = a; Número de golpes no segundo 15 cm = b; E o número de golpes nos últimos 15 cm = c; O SPT é igual a soma b + c, isto é, é o número de golpes para cravar os últimos 30 cm de cada metro de sondagem descartando sempre a primeira medição.

Portanto resposta correta item (D)

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

Fisioterapeuta

QUESTÃO 22

Candidatos: 879746

Alegações: Em síntese o candidato solicita anulação da questão alegando que a alternativa B se apresenta como a correta, Porém peço revisão da questão. Segundo a literatura o teste de Lachman ""deve suspeitar de uma ruptura dos ligamentos cruzado anterior e do ligamento cruzado posterior"" sabe-se que este teste é indicado para verificar a integridade do ligamento cruzado anterior, mais como no próprio livro diz avalia a integridade também do ligamento posterior.

Decisão da Banca: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que o teste de Lachman é indicador para verificar a integridade do ligamento cruzado posterior. Sabendo que o teste de Lachman é reconhecido como o exame clínico mais sensível e confiável para determinação da integridade do ligamento cruzado anterior e o teste de Lachman invertido é indicativo para lesão do ligamento cruzado posterior. Sendo que na própria literatura descrita pelo recorrente assim é encontrada a descrição: "Este é o teste mais confiável para verificar ruptura do ligamento cruzado anterior", e logo abaixo é descrito o teste indicativo de lesão ou ruptura do ligamento cruzado posterior (Teste de Lachman invertido).

Literatura utilizada: MANUAL Ortopédicos e Neurológicos 5ª edição; JOSEPH J. CIPRIANO PAG 440"

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 32

Candidatos: 879746

Alegações: Em síntese solicita anulação da questão alegando que possui duas alternativas corretas.

Decisão da Banca: Assiste razão ao candidato, houve equívoco na questão no momento em que não foi especificado sobre qual músculo seria o principal antagonista no movimento. Assim tendo duas alternativas corretas para responde-la.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

Nutricionista

QUESTÃO 34

Candidatos: 859887

Alegações: Segundo dados do ministério da educação colhidos no portal do FNDE, através do endereço eletrônico: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Atualmente o valor repassado a creches pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por dia letivo para cada aluno é de R\$ 1,07 por dia. Nenhuma das alternativas contempla correta resposta a questão.

Decisão da Banca: Assiste razão ao candidato, a questão não possui alternativa correta e merece ser anulada.

DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 35

Candidatos: 859887

Alegações: Em síntese a candidata solicita anulação da questão alegando que não há alternativa que corretamente aborde os valores tratados na obra de Blackburn GL e Bristian, 1977.

Decisão da Banca: A alternativa considerada está correta, visto que a pergunta se refere ao valor em porcentagem e não apenas, voltado ao maior ou igual, podendo sim ser entendida como correta, pois não há outra alternativa com menor valor que 10%, no sentido desta pergunta. Portanto a questão 35 mantem-se como correta.(Blackburn GL e Bristian, 1977)

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



Comuns Professores – Questões 16-25

QUESTÃO 16

Candidatos: 852246 / 877783 / 873420 / 855696 / 879062/ 879471/ 876442

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta, apresentando suas razões e solicitando anulação.

Decisão da Banca: Não assiste razão aos recorrentes, a alternativa “D” é a certa.

-O documento oficial do MEC, intitulado “Indicadores da qualidade na educação (2004)”, na página 20, referencia e posiciona o fato de “professores, diretores e funcionários se tratam bem e se respeitam” como indicador “Respeito ao outro”, presente na dimensão “ambiente educativo”

- a alternativa “A” consta como indicador de qualidade da presente na dimensão “prática pedagógica”, vide página 23 e 25.

- a alternativa “B” consta como indicador de qualidade da presente na dimensão “prática pedagógica”, vide página 23 e 25

- a alternativa “C” consta como indicador de qualidade da presente na dimensão “avaliação”, vide página 47.

Referência:

Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo : Ação Educativa, 2004.

Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 20

Candidatos: 880165

Alegações: De acordo com a minha formação e experiência na área de educação, de forma alguma os professores podem fazer juízo de valor seja qual for a situação. Nessa questão, acredito que as alternativas I e II são falsas, mas não havia essa opção.

No item II, por exemplo essa resposta é completamente falsa, onde fala que boa parte das atividades tendem a gerar juízos de valor, não se pode generalizar e essa questão fala em boa parte, ou seja uma maioria e sabemos que não é assim. Outra questão é o português, a frase está no plural e a palavra TENDE está no singular, onde o correto deveria ser TENDEM.

ITEM II – Na sala de aula, boa parte das atividades que vão sendo realizadas tende a gerar juízos de valor por parte de professores e estudantes.

Decisão da Banca: - de acordo com documento oficial do MEC, intitulado Indagações sobre currículo : currículo e avaliação (2007), na página 25 e 26, observa-se que

“...todo processo avaliativo implica na formulação de juízos de valor ou em apreciações. É próprio do ser humano projetar o seu futuro e, depois, comparar com o que conseguiu, de fato, realizar e emitir um juízo de valor. Pode-se dizer que, nesse sentido, a avaliação faz parte do ser humano. Porém, é importante chamar a atenção para o fato de que se o juízo de valor é algo inerente ao ser humano, o uso que é feito de tal juízo, com o objetivo de classificar e excluir, não é.”

De tal modo, sabe-se que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Assim sendo, o Item I fere o inciso IV – “respeito à liberdade e apreço à tolerância” da LDB (1996).

- o item II se faz verdadeiro, uma vez que:

“Na sala de aula, boa parte das atividades que vão sendo realizadas tende a gerar juízos de valor por parte de professores e estudantes. Não é apenas em uma situação de prova que os juízos se desenvolvem tendo por base as respostas dadas pelos estudantes. No dia-a-dia da sala de aula, há uma intensa relação entre professores e estudantes que propicia o contínuo emergir de juízos de valor que são expressos em observações e comentários públicos sobre o desempenho acadêmico, sobre o comportamento em sala e sobre os valores e atitudes – tanto de professores como de estudantes. Esses juízos de valor interferem (para o bem ou para o mal) nas relações entre os professores e os estudantes. Não são raras as situações em que os professores começam a orientar suas estratégias metodológicas em função de seus juízos de valor sobre os estudantes, configurando uma situação delicada, principalmente quando os juízos negativos de valor passam a comandar a ação metodológica do professor.”



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

Ou seja, há julgamentos tanto de professores e alunos em determinadas atividades educativas. Julgamentos são inerentes à condição humana. O que não é aceitável é consolidação de prática maléfica advinda destes.

Referencia:

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20/12/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm
[Fernandes, Cláudia de Oliveira] Indagações sobre currículo : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 22

Candidatos: 852246 / 852246 / 877783 / 873420 / 882359 / 855696 / 879062/ 876442

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta, apresentando suas razões e solicitando anulação.

Decisão da Banca: Não assiste razão aos recorrentes, a alternativa certa é a “B”.

- o enunciado da presente questão não sinaliza níveis de acuidade visual (cegueira, baixa visão ou visão subnormal, etc). De tal modo, o problema de visão é generalizado quanto à queixa.

-a alternativa “A” se refere a aspectos auditivos.

-a alternativa “C” se refere a aspectos cognitivos. Neste aspecto, entendemos que uma criança, mesmo com algum problema de visão, pode apresentar compreensão e memória dos números (regular ou avançada), se considerarmos a acuidade visual acometida e pelos estímulos auditivos que a mesma dispõe.

-a alternativa “D” se refere a aspectos da linguagem oral.

Referência:

O QUE É DEFICIÊNCIA. Disponível em <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 24

Candidatos: 882766 / 852246 / 877783 / 873420 / 855696 / 879062

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta, apresentando suas razões e solicitando anulação.

Decisão da Banca: Não assiste razão aos recorrentes, de acordo com o documento do MEC, intitulado “Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz (2006)”, referencia e posiciona que para desenvolvimento da escola no contexto “ensino e aprendizagem” :

-a alternativa certa é “C”.

A caracterização apresentada no enunciado, a saber:

“professores tenham à sua disposição / utilização materiais pedagógicos e didáticos adequados, que permitem atividades diversificadas dentro de sala de aula”

configura uma caracterização do requisito “Disponibilidade e utilização de recursos didático-pedagógicos”, vide página 80

-a alternativa “A” diz respeito ao requisito “Deveres de casa frequentes e consistentes” (vide item 1.5, página 80), e neste, não há menção para a assertiva do enunciado

-a alternativa “B” diz respeito ao requisito “Deveres de casa frequentes e consistentes” (vide item 1.3, página 78,79), e neste, não há menção para a assertiva do enunciado.

-a alternativa “D” diz respeito ao requisito “Deveres de casa frequentes e consistentes” (vide item 1.4, página 79,80), e neste, não há menção para a assertiva do enunciado

Referencia:

Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3a ed. Brasília: FUNDESCOLA/ DIPRO/FNDE/MEC, 2006. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundescola/publicacoes_manuais_tecnicos/pde_escola.pdf

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 25

Candidatos: 882766 / 852246 / 877783 / 873420 / 882359 / 855696 / 879062/ 879471/



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão possui mais de uma alternativa correta, apresentando suas razões e solicitando anulação.

Decisão da Banca: Não assiste razão aos recorrentes, - de acordo com o documento do MEC, intitulado “Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz (2006)”, referencia e posiciona que para desenvolvimento da escola no contexto “pais e comunidade” :
-a alternativa certa é “B”.

A caracterização apresentada no enunciado, a saber:

“pais e/ou responsáveis pelos alunos participem de reuniões de avaliação na escola”

configura uma caracterização do requisito “3.4. Envolvimento dos pais na aprendizagem”, vide página 88

-a assertiva da alternativa “B” não consta nas caracterizações do requisito 3.4. “Envolvimento dos pais na aprendizagem”

-a alternativa “C” diz respeito ao requisito “comunicação freqüente entre corpo docente e pais Deveres de casa frequentes e consistentes” (vide item 3.2, página 88), e neste, não há menção para a assertiva do enunciado.

-a alternativa “D” diz respeito ao requisito “Deveres de casa frequentes e consistentes” (vide item 3.1 página 88), e neste, não há menção para a assertiva do enunciado

Referencia:

Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3a ed. Brasília: FUNDESCOLA/ DIPRO/FNDE/MEC, 2006. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundescola/publicacoes_manuais_tecnicos/pde_escola.pdf

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

Professor Municipal I – 20h e 40h

QUESTÃO 30

Candidatos: 879062

Alegações: Em síntese alega que a questão possui mais de uma alternativa correta, apresentando suas razões e solicitando anulação.

Decisão da Banca: a alternativa certa é a “D”. Na imagem da questão (nível fácil) explicita e indica a ação educativa proposta com dizeres no quadro como “escreva e apague”, “aprenda a escrever”

- a alternativa “A” diz respeito a objetivos de aprendizagem relacionados ao mundo natural ou social.

Referencia:

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 31

Candidatos: 882359

Alegações: Em síntese alega não concordar com o gabarito apontado como correto, solicitando troca de gabarito, apresentado suas razões.

Decisão da Banca:

- a alternativa certa é “B”.

-a alternativa “A” se faz inadequada, que por raciocínio básico, sabe-se que a linguagem oral e escrita é socialmente aprendida, independente de estímulos físicos. De tal modo, seria reduzir a linguagem oral ou escrita a meros estímulos físicos. Sendo que:

“É na interação social que as crianças são inseridas na linguagem, partilhando significados e sendo significadas pelo outro. Cada língua carrega, em sua estrutura, um jeito próprio de ver e compreender o mundo, o qual se relaciona a características de culturas e grupos sociais singulares. Ao aprender a língua materna, a criança toma contato com esses conteúdos e concepções, construindo um sentido de pertinência social.”

RECNEI Vol.2, pg 24



Estado de Santa Catarina
Município de BOM JARDIM DA SERRA
Edital n.º 001/2018 de CONCURSO PÚBLICO

No entanto, entende-se que

“A aquisição da consciência dos limites do próprio corpo é um aspecto importante do processo de diferenciação do eu e do outro e da construção da identidade. Por meio das explorações que faz, do contato físico com outras pessoas, da observação daqueles com quem convive, a criança aprende sobre o mundo, sobre si mesma e comunica-se pela linguagem corporal”

RECNEI Vol.2, pg 25

- a proposta da alternativa “B” se faz adequado à formalização e consolidação de aspectos gerais da em especial na Língua Portuguesa como formação de sílabas e palavras.

Referencia:

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

Professor Municipal II – Educação Física

QUESTÃO 35

Candidatos: 879471

Alegações: No contexto do futebol a seguinte imagem representa tanto tiro de meta na letra C como a letra D, dependendo do decorrer do jogo, portando se a bola ultrapassou a linha de fundo a sequencia será tiro de meta, podendo a questão ser considerada estas duas ações. Desta forma as duas alternativas estão corretas, devendo ser anulada a questão.

Decisão da Banca: de acordo com o “[Field - Dicionário de expressões de futebol](#)”, a imagem apresentada na questão se refere à alternativa “D” – perder gol, de modo que pode ser apreciada no sítio eletrônico

<http://dicionariofield.com.br/scenes/92/perder-gol>.

E como definição de “perder gol”, tal dicionário, traz o seguinte:

“O ato de um jogador falhar em acertar a bola dentro da meta do time adversário.”

-a alternativa “C” é referenciada com outra imagem, que pode ser apreciada pelo sítio eletrônico

<http://dicionariofield.com.br/scenes/99/tiro-de-meta>

E como definição de Tiro de meta, tal dicionário, traz o seguinte:

“O momento em que um jogador do time defensor chuta a bola de um ponto da área da sua meta para reiniciar a partida, após ter sido tocada por jogador do time adversário.”

Referencia:

[Field - Dicionário de expressões de futebol](#). Disponível em <http://dicionariofield.com.br>

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA



Professor Municipal I – Matemática

QUESTÃO 39

Candidatos: 876442

Alegações:

Na referida questão, ao se tratar da média calculada pelo diretor, entre cinco dias úteis, seu respectivo resultado foi 19, mas ao se tratar de mediana, sendo esta resolvida da seguinte forma: mediana é o valor central (meio) de uma relação ordenada de forma crescente ou decrescente, sendo assim com quantidade ímpar de valores determinados, seu valor correto vai ser o central e com quantidade par de valores, sua resposta vai ser, o ponto médio dos dois valores centrais. E resumo, usamos mediana, quando desejamos obter o ponto que divide a distribuição em partes iguais. Portanto não consta em nenhum dos resultados possíveis nas letras A,B,C,D a resposta correta. Desta forma cabe anulação desta questão.

Decisão da Banca:

A questão é clara. Para conseguirmos obter a média, temos que saber quanto vale a variável n.

Pois se a média foi afirmada que é 19, não podemos apenas calcular $19+15+17+21$, porque senão a média seria 18, logo $n=23$, e a mediana 19, pois é o número central colocada em ordem crescente (15,17,19,21,23) ou decrescente (23,21,19,17,15).

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

BOM JARDIM DA SERRA (SC), 13 de março de 2018.

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal